

## APRESENTAÇÃO

Se fosse preciso dar um nome a este dossiê, seria “Diversidade do Rural Contemporâneo”: diversidade dos temas abordados (gênero, território e identidade - porém sob enfoques totalmente diferentes – ação coletiva, visão do desenvolvimento econômico versus filosofia da igualdade); diversidade dos espaços onde esses temas foram pesquisados (do Brasil – Amazônia ou diversos estados do Nordeste do Brasil - ao México), diversidade das abordagens teóricas.

Norma Vieira, Deis Siqueira e Darci Di Paolo iniciam este número desenvolvendo uma reflexão sobre as relações de gênero na pesca artesanal, numa comunidade da Amazônia. Embora haja trânsito entre as atividades do homem e da mulher, o que é “de homem” é sempre mais valorizado. Pois o princípio da maternidade e da reprodução - destino “natural” das mulheres - faz com que as atividades domésticas não sejam reconhecidas como trabalho. No entanto, as mulheres assumem na maioria das vezes uma sobrecarga de funções: além dos cuidados com a casa, com os filhos e com os idosos, cultivam plantas medicinais no entorno da casa, ainda confeccionam e consertam redes de pesca, e também pescam à proximidade da casa e processam o pescado. Todo esse trabalho é considerado apenas como “ajuda”. Mas como suas tarefas domésticas não lhe permitem, por exemplo, permanecer em alto mar durante vários dias como os homens, estes têm seu papel valorizado, enquanto não há reconhecimento social da importância da mulher. Essa pesquisa realizada na Amazônia talvez pudesse inspirar reflexões sobre a valorização da mulher em outros contextos.

A seguir, três artigos tratam do tema “território”, mas sob enfoques totalmente diferentes.

No quadro de uma pesquisa nacional sobre o programa “Territórios da Cidadania” (programa criado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário), Márcio Caniello, Marc Piraux e Valério Bastos foram encarregados de avaliar esse programa no “Território da Cidadania da Borborema”, na Paraíba. Foram 27 equipes de pesquisadores de universidades públicas que investigaram um universo de 37 Territórios da Cidadania no país todo. Vale indicar aqui que o termo “Borborema” designa várias realidades que se superpõem parcialmente: um espaço geográfico, uma das quatro sub-regiões do Território e o próprio Território. Reproduzindo as tabelas geradas pela “Célula de Acompanhamento e Informação da Borborema” segundo critérios criados para as tabulações nacionais, os autores mostram duas realidades aparentemente opostas: as notáveis diferenças entre o grau de desenvolvimento dos quatro sub-territórios, em particular no funcionamento do colegiado territorial, e ao mesmo tempo uma mesma identidade marcada pela importância da agricultura familiar. Daí o título de seu artigo: “Identidade e diversidade”.

Edcarlos Mendes da Silva também trata de território e identidade, mas a partir de um caso concreto, vivenciado: a experiência de sua própria família. A pergunta é: o que acontece quando uma população é arrancada de seu território, com o aniquilamento de todas as referências físicas e psicológicas a ele ligadas (“desterritorialização”) e quando tem que recompor sua identidade num novo território (“reterritorialização”)? Esta foi a realidade imposta com a transferência compulsória da população que ocupava a área hoje coberta pelo lago criado pela construção da barragem de Sobradinho. Desde a infância, Edcarlos ouviu relatos e queixas que o marcaram profundamente. Mas não deixa de fazer um enorme esforço para tratar essa realidade dolorosa de forma objetiva. Embora a interpretação de certos episódios talvez pudesse ser nuançada, a visão do autor merece respeito e compreensão. E principalmente, sua abordagem é original em relação aos vários estudos realizados em outros casos de transferência de populações em decorrência da construção de barragens, e sua pergunta permanece essencial: Qual é a relação entre a identidade de um povo e seu território?

A seguir, Denes Dantas Vieira articula os dados de sua pesquisa, realizada em dois territórios da cidadania do Rio Grande do Norte, com a discussão teórica dos conceitos de Bourdieu. As análises da pesquisa constataam uma diferença importante no papel desempenhado pelas lideranças dos dois territórios. As mesmas instituições – Igreja, sindicato e partido político – exerceram uma influência quase antagônica. No Seridó, foram as paróquias que serviram de apoio para a criação dos sindicatos. No Sertão do Apodi, a Igreja católica também teve um papel importante, mas os sindicatos e os partidos políticos se tornaram mais representativos, e a Igreja saiu de cena, deixando que o protagonismo fosse exercido pelos jovens por ela formados. Finalmente, são os agentes que se beneficiam, que se “empoderam”. Nesta concepção, o “capital social” não é sempre sinônimo de bem coletivo, promotor da equidade social. Pois há uma concorrência entre os agentes pelas melhores posições. No caso estudado, o esforço para compreender os “empoderados” da agricultura familiar contribui para entender como práticas sociais produzidas em diferentes espaços sociais resultam em formas diferentes de poder.

Eduardo Jordão de Araújo tem acompanhado durante vários anos a bela experiência da APAEB. Esta associação de agricultores familiares que cultivam, entre outros, o sisal, conseguiu aumentar consideravelmente o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos associados agregando valores aos produtos (fábrica de tapetes, loja de artesanato, laticínio, supermercado, etc.), o que se tornou possível graças a uma forte cooperação entre os membros. A partir desta experiência, o autor apresenta diversas linhas teóricas que discutem a ação coletiva dos empreendimentos econômicos, a questão da organização e as condições de seu sucesso. Em conclusão, considera que o crescimento sustentável das organizações passa pela necessidade imperiosa do estímulo à prática da solidariedade.

Finalmente, reunimos dois artigos que apresentam duas visões absolutamente opostas do desenvolvimento, da economia e da vida em sociedade, com a filosofia específica que alimenta cada uma dessas duas visões.

Estévani P. Oliveira, Valdênia Apolinário e Maria L. Silva apresentam o sistema produtivo do melão, cultura situada no semiárido potiguar e destinada ao mercado. O “arranjo produtivo local” (APL) enfatiza aprendizagem e interações entre os agricultores para que estes alcancem “níveis de competitividade sustentáveis”, vistos como importantes para o sucesso econômico dos produtores. As autoras apresentam os aspectos teóricos desse enfoque, em particular como se dá o aprendizado tecnológico e o papel das empresas no desenvolvimento de produtos e processos a fim de “transformar o conhecimento em riqueza”.

Agustin Avila, por sua vez, nos apresenta os Tojolabales, povo indígena do sul do México. O objetivo dos Tojolabales, sua aspiração comum é a igualdade: a satisfação das necessidades básicas de todos. Competitividade e sucesso econômico são conceitos absolutamente opostos a sua filosofia. Seu ideal é o “buen vivir”, a vida boa para todos. Em face das tentativas de assimilação cultural e de ocupação de seu território, eles tentam resistir. O autor desenvolveu uma longa pesquisa tentando penetrar a concepção do “buen vivir” dos Tojolabales, que ele considera uma crítica à noção de “desenvolvimento”. Esse povo mantém uma relação de afeição com a “mãe terra” e todos os seres vivos que nela se hospedam. É uma bela lição de vida – que, infelizmente, é pouco entendida.

Para finalizar, queremos agradecer, “de coração”, aos colegas e amigos/as que colaboraram com este número, dando parecer, aconselhando modificações, revendo o português (e que não queremos citar para respeitar seu anonimato). Agradecemos também ao CNPq por seu apoio financeiro na editoração deste número.

**Ghislaine Duque**

Professora colaboradora da Universidade Federal de Campina Grande (PB)/  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
(UFCCG/PPGCS) e pesquisadora do CNPq